



O PLANO DE VACINAÇÃO NA BAHIA

PG.8

**EDITORIAL: SALVADOR NO EIXO DA
DESIGUALDADE REITERADA** PG.2

**DAS "ÚLTIMAS ALTERNATIVAS" À ÚNICA ESCAPATÓRIA: O AUXÍLIO EMERGENCIAL
COMO POLÍTICA DE ESTADO** PG.3

**JUVENTUDE E
AUXÍLIO EMERGENCIAL** PG.7

**ENTREVISTA DO MOMENTO:
VIRGÍNIA FONTES** PG.11

**PARA DETER O GENOCÍDIO DE BOLSONARO E ALIADOS,
FORTALECER O SUS PÚBLICO GRATUITO E DE QUALIDADE** PG.9

À MEMORIA DE ALBERTO PASSOS GUIMARÃES PG.23

ESPAÇO CULTURAL: PAGU PG.22

Salvador no eixo da desigualdade reiterada

Por Milton Pinheiro

Salvador, a histórica cidade da Bahia, encontra-se sob um longo domínio de um modelo de gestão pública que é articulado por um grupo constituído como a terceira geração do carlismo. Trata-se de uma vertente autocrática da política na Bahia, em especial em Salvador, marcada pela lógica do clientelismo, pelo balcão de negócios locais e pelo autoritarismo tecnocrático.

ACM Neto, herdeiro mais típico do espólio do ex-governador Antônio Carlos Magalhães, construiu uma perspectiva de poder político que é operado a partir de algumas premissas: “embelezamento” do espaço público, obras de “fachadas” que não se efetivam como espaço de prestação de serviços, pois não se tornam efetivas no atendimento social. Ao lado disso, o chefe político aprofundou um discurso midiático que consegue reificar o tripé da competência/honestidade, dedicação ao trabalho e “amor” pela cidade como ação de gestão pública.

O ex-prefeito do DEM encontrou a cidade de Salvador com graves problemas de gestão, advindos da incapacidade gerencial do senhor João Henrique. Portanto, criar uma aposta comparativa para justificar a capacidade técnica do chefe político ACM Neto não é baliza para definir esse último como um baluarte da administração pública.

Dois mandatos marcados pela lógica da revitalização de praças e da orla marítima como princípio definidor do marketing pessoal do prefeito. Contudo, quando a questão é a necessidade de ampliação adequada dos serviços públicos de saúde e educação ficamos com o espaço físico construído sem o devido contingente de profissionais para atender às demandas da população carente e periférica dessa cidade, que exala desigualdade social por todos os lados: bairros sem a devida infraestrutura básica, serviços públicos restritos, periferia completamente carente de atendimento, transporte público caro e de péssima qualidade, favelas centrais entregue ao desespero social. Tudo isso com a política social pautada em “currais” políticos da estrutura clientelista organizada pelo chefe político local (as administrações regionais).

Do ponto de vista do espaço de poder, o ex-prefeito montou uma máquina para operar no governo municipal, em que cabe seu grupo mais próximo (quadros que vieram do antigo PFL), os descontentes com o governo burgo-petista de Rui Costa e as lideranças fisiológicas dos bairros.

Do seu grupo mais restrito, retirou um jovem “poste” para emplacar na última disputa eleitoral, Bruno Reis. Tudo ao modelo de liderança carismática, que precisa demonstrar força, portanto, colocando alguém na disputa, mas completamente dependente do chefe. Essa caricata ação política encontrará seu auge nesse “terceiro mandato” de ACM Neto; a prefeitura de Salvador continuará como polo aglutinador desse modelo de articulação política, só que agora na perspectiva de fazer do ex-prefeito um forte pretendente ao governo da Bahia em 2022.

Do ponto de vista da política nacional, ACM Neto é aliado do agitador fascista Jair Bolsonaro. Contudo, usa regularmente uma propaganda diversionista para informar que não é da base de apoio de Bolsonaro. Afinal, Salvador tem altos índices de rejeição ao presidente da república. Todavia, sua base parlamentar federal opera em aliança com o governo obscurantista nas mais diversas pautas, em especial naquelas que atacam os trabalhadores/as e estimulam contrarreformas para retirar direitos: são ações para remunerar, a partir do fundo público, às diversas frações da burguesia interna. Mas, é importante registrar, também, que a base parlamentar federal do governador Rui Costa tem lideranças do governo Jair Bolsonaro, a exemplo de Cláudio Cajado e José Rocha.

O povo da cidade de Salvador tem dificuldade de discernimento entre os projetos que perpassam a disputa política entre ACM Neto (DEM) e Rui Costa (PT), pois ambos operam no campo do pragmatismo do mercado da política; ambos têm fixação por obras que nem sempre atendem aos interesses mais sentidos da população; ambos alimentam o clientelismo local (lideranças de bairros e prefeitos); ambos têm o Estado como uma agência reguladora; ambos desenvolvem forte relação de negócios da política com a burguesia. Como a população de Salvador pode discernir esses projetos? Na dúvida, a população da cidade da Bahia tem escolhido o que está mais próximo dele.

A lógica da dominação neocarlista tende a saturar. Como as forças da esquerda socialista irão operar para se contrapor ao projeto neoliberal em Salvador e avançar na perspectiva dos interesses populares? Essa é a questão que deve orientar a oposição de Bruno Reis.

Salvador precisa vencer a desigualdade reiterada da lógica capitalista, reificada pela gestão do neocarlismo. Em uma palavra: a batalha é pela organização popular e por um novo projeto de poder local.



Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de redação

Camila Oliver, Milton Pinheiro,

Nalbert Antonino, Rafaela Fraga e Thais Oliveira

Diagramação e Capa

Nalbert Antonino

Revisão

Gabriel Galego e Rafaela Fraga

Colaboradores desta edição

Rômulo Caires, Vanessa Freitas, Sócrates Menezes e

Angelo Barreto

Revisão

Gabriel Galego e Rafaela Fraga

+55 (71) 99299-1368

contato@omomento.org

www.omomento.org

DAS “ÚLTIMAS ALTERNATIVAS” À ÚNICA ESCAPATÓRIA: O AUXÍLIO EMERGENCIAL COMO POLÍTICA DE ESTADO



Reprodução: FDR

Por Sócrates Menezes

Depois de reafirmado o caráter temporário do Auxílio Emergencial, o Governo Bolsonaro, por meio do Ministro da Economia Paulo Guedes, indicou a possibilidade de prorrogação do benefício diante da segunda onda da pandemia de COVID-19 instaurada no Brasil. Tal afirmação se dá no momento em que o país inicia o ano de 2021 com o lamentável quadro de mais de 220 mil mortes, sob uma desastrosa administração sanitária e diante do pagamento da última parcela daquilo que foi a única renda para 67 milhões de trabalhadores brasileiros em 2020.

Para Guedes, a prorrogação do Auxílio Emergencial é uma das “últimas alternativas”

diante do “amplo cardápio de medidas”. O otimismo de colocar no plural aquilo que, não admitidamente, está limitado à exclusividade singular da única escapatória, é sintomático. O fato é que a irresoluta administração das crises (sanitária, econômica, social, ambiental, etc) não pode encontrar, no estreito “cardápio” de possibilidades, alguma solução que seja estruturalmente viável. E isso não é um “privilegio” do mais-que-incompetente governo brasileiro. A prorrogação indefinida de medidas emergenciais não é um sintoma estritamente nacional. Ela revela a falência, já amplamente denunciada, de um sistema socioeconômico estruturado na

impossibilidade de gerir, sequer minimamente, contradições gerais esgarçadas e concretizadas diante do contexto pandêmico, especialmente àquelas ligadas ao agravamento das condições sociais e de sobrevivência dos trabalhadores.

O debate sobre um programa estatal de renda básica ou mínima, destinado às camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, vem, então, ganhando força em todo mundo. Obviamente, a necessidade de tal medida é premente e ganha agora urgência, especialmente diante das profundas fissuras no quadro da miserabilidade social do mundo, que se revela estrutural e irresoluto, diante do capitalismo de barbárie em que vivemos, apesar da intencionalidade de isolá-lo como “efeitos destrutivos” específicos da pandemia de coronavírus. De liberais clássicos, liberais progressistas e até sociais-democratas empurrados para o campo da esquerda, todos estes estão agora invocados à defesa da institucionalização de um benefício permanente aos trabalhadores pobres. Mas, obviamente, uma política de Estado dessa natureza tem múltiplos significados e desafios que devem ser expostos.

Primeiro, diz respeito à natureza política. A constituição de uma política de Estado pressupõe uma objetividade finalística. Ou seja: qual é o objetivo final de uma programa estatal de renda mínima? Manter vivo trabalhadores empobrecidos pela lógica do livre mercado, poder-se-ia admitir. Mas isso seria, por si mesmo, uma contradição nos termos e só revela os limites civilizatórios de um sistema sem alternativas minimamente humanitárias.

Os significados também dizem respeito à política econômica admitida e gestada pelos governos comprometidos com a preservação do mercado. Um aporte financeiro de tamanha envergadura exigiria uma política econômica

que avançasse, por exemplo, em pautas de difícil aceitação pelas classes dominantes nacionais, como a taxação significativa de grandes fortunas, de rendas e de patrimônios. Esse entrave político, considerando a coalizão de classes no Brasil, por exemplo, é quase absoluto.

Por fim, apresenta-se os limites do discurso e da filantropia burguesa. Obviamente, a necessidade de manutenção da vida, via consumo básico ou mínimo, de bilhões de trabalhadores jogados no mercado informal e no exército industrial de reserva, é emergente, imprescindível e, até, a única escapatória para o que restou de humanitário nos estreitos limites do capitalismo hodierno. Mas, uma política social efetiva, que garanta direitos básicos à população como um todo, é inconciliável às demandas de lucratividade impostas pela concorrência do mercado.

Daí que a mera prorrogação do auxílio emergencial admitido por Paulo Guedes, por exemplo, jamais virá separado de um conjunto de reformas e outras duras medidas antissociais e pró-capital. Por isso, a única forma de inserir a massa da classe trabalhadora miserabilizada no circuito do capital não será possível, senão pelo consumo. Isso nada mais reforça do que a estrutural – agora, radical e absoluta – separação entre consumo e produção. Afinal, no capitalismo, desde sempre, a questão nunca foi a capacidade produtiva do trabalho e dos meios de produção, mas a estrutural alienação entre os produtores reais (trabalhadores) e os resultados de sua produção, também a eles alienada.

Do ponto de vista do proletário, sobreviver continua sendo o primeiro e o único ato de existência. Para a classe trabalhadora, não haverá escapatória, senão a superação do círculo vicioso do capital que não mais apresenta qualquer alternativa.



Reprodução: Governo Federal

O PLANO DE VACINAÇÃO NA BAHIA



Reprodução: Governo da Bahia

Por Angelo Barreto

No Brasil, o número de óbitos por Covid-19 já ultrapassa a marca dos 210 mil. Segundo especialistas, existe uma tendência de que muitas mortes ainda aconteçam em decorrência da doença, mesmo com o início da vacinação. O primeiro caso registrado em território brasileiro ocorreu no mês de março de 2020. Atualmente, o país encontra-se na segunda posição entre os países com maior número de óbitos, atrás apenas dos Estados Unidos.

A título de curiosidade, esse número de óbitos por Covid-19 representa quase a soma de todas as mortes causadas anualmente por doenças cardíacas isquêmicas (DCI) e acidente cérebro vascular (AVC), as duas principais causas de morte na população brasileira. Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 2010 e 2019, as DCI mataram em média 110 mil pessoas a cada ano, enquanto o AVC matou em torno de 100 mil pessoas por ano.

Para piorar ainda mais esse cataclismo pandêmico, presenciamos uma política genocida por parte do governo Bolsonaro. O despreparo e desprezo na adoção de ações preventivas (mérito não só do governo federal, mas também de muitos governos estaduais e municipais), a flexibilização das medidas de distanciamento social. Além disso, o término da vigência do auxílio emergencial que, embora ridiculamente pequeno, vinha permitindo que parcela da classe trabalhadora brasileira tivesse uma sobrevivência em meio a todo esse caos.

Quando olhamos para as taxas de ocupação de leitos de UTI, o cenário se torna ainda mais preocupante. Em Boletim publicado pelo Observatório Covid-19 da Fiocruz, no último dia 13 (quarta-feira), 14 estados registraram taxas acima de 70%, entre eles o Estado da Bahia (com 71% naquela data). Apesar do Governo do Estado da Bahia ter estabelecido e divulgado um plano estadual de vacinação contra a Covid-19, que pretende imunizar 5,08 milhões de pessoas nas quatro primeiras fases (cada uma com duração de um mês), ou mesmo que tenha firmado um acordo de cooperação para aquisição de 50 milhões de doses da vacina russa Sputnik V, esses não podem ser os únicos trunfos para mitigar a crise pandêmica. Seja porque o número de casos de Covid-19 ainda se encontra em ampliação, seja pelo simples fato da vacinação acontecer em etapas (na primeira fase serão vacinados profissionais de saúde, idosos com mais de 75 anos, brasileiros acima de 60 anos que vivem em instituições de longa permanência, indígenas etc.). Nem todo mundo terá acesso a vacina inicialmente.

Estão sendo distribuídos um total de 6 milhões de doses da vacina CoronaVac, quantidade que representa apenas 1,4% do necessário para imunizar toda a população (cerca de 420 milhões de doses). Para o Estado da Bahia foram entregues 376.600 doses, que são suficientes para vacinar 188.300 pessoas. Segundo especialistas, as quantidades distribuídas

aos estados devem durar o equivalente a três dias. Logo, espera-se que seja elaborado um planejamento adequado, levando consideração a quantidade disponível (que já não é tão alta) e as duas doses para cada pessoa. Estamos vivenciando essa problemática muito em decorrência do planejamento deficitário realizado pelo Ministério da Saúde em relação as vacinas.

A história recente nos mostra que o início da vacinação (em consonância com a flexibilização das medidas restritivas) em alguns países não tem contribuído para a diminuir o agravamento da pandemia e novos casos estão surgindo. Por exemplo, o Reino Unido, o primeiro país a iniciar a campanha de vacinação em massa, tem se deparado com o agravamento do contágio do coronavírus, com ampliação do número de casos, do número de hospitalizações e até mesmo o surgimento de uma nova variante da Sars-Cov-2.

No dia 17 de janeiro de 2021, a primeira brasileira foi vacinada contra Covid-19. Mônica Calazans, mulher negra, de 54 anos, trabalhadora da saúde (enfermeira), alocada Instituto de Infectologia Emílio Ribas (em São Paulo) desde maio e lá compoendo a linha de frente no enfrentamento a pandemia. Foi voluntária nos testes de fase 3 ainda que tivesse ficado no grupo que recebeu o placebo. Para alguns, isso pode ser motivo de “suspiro de alívio” após onze meses de um acúmulo de más notícias.

Para nós, comunistas, deve ser encarado como um “fôlego” mais encorpado no continuum da organização tática das nossas bandeiras. Afinal o Brasil está longe de ter começado uma “campanha de vacinação em massa” contra Covid-19 (a tirar pelo quantitativo adquirido e distribuído, bem como pelo planejamento realizado inicialmente), apenas deu início a esse processo.

Se somarmos à ampliação do número de óbitos, o aumento do desemprego, das taxas de empobrecimento, da precarização e fragilização do Sistema Único de Saúde (SUS) e da miserabilidade da classe trabalhadora, não é aceitável acreditar que o início da vacinação irá minimizar os problemas decorrentes da crise pandêmica, quem dirá da crise estrutural do capital – com todas as suas manifestações e consequências nefastas para a sociedade.

É importante lutar por bandeiras relacionadas às necessidades urgentes da classe-que-vive-do-trabalho, a exemplo da luta pela vacinação em massa, contra o desemprego, pela continuidade do auxílio emergencial, entre outras. Contudo, para que no horizonte vislumbremos a superação do sistema de metabolismo antissocial do capital, se faz necessário a organização e construção de um bloco popular e proletário que antagonize a ordem capitalista e que trilhe na perspectiva de um projeto revolucionário.



Reprodução: Governo da Bahia

JUVENTUDE E AUXÍLIO EMERGENCIAL NA PANDEMIA



Reprodução: Folha

Por Vanessa Freitas

De acordo com os dados levantados pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVÉ) ainda no ano de 2020, 6 a cada 10 jovens brasileiros fizeram cadastro para receber o Auxílio Emergencial Federal referente ao período pandêmico do ano passado - e, ainda segundo matéria publicada pelo Estadão neste mês de janeiro, 60% da população jovem teve como principal fonte de renda esta política. Os dados apontados evidenciam a realidade da juventude trabalhadora no Brasil: majoritariamente desempregada, sem renda e sem perspectiva de atuação profissional, muito menos de desenvolvimento de uma carreira.

Quando pensamos em emprego e carreira, pensamos em formação e qualificação profissional da juventude. Mas, no sistema vigente, a educação, tanto da rede básica quanto do ensino superior, opera como qualquer outra mercadoria: servindo para assegurar os interesses políticos e econômicos do grande capital. Por conseguinte, os jovens, quando conseguem acessar essa educação, são formados numa lógica mercadológica e tecnicista, ao mesmo tempo em que encontram cada vez menos postos de trabalho a serem ocupados em suas áreas de formação, compondo então mais e mais os índices de desemprego. Vale mencionar que o índice de desempre-

go entre a juventude é maior que o índice total da população desempregada brasileira, que representou uma alta de 14,6% no terceiro trimestre de 2020. Segundo dados do IBGE, a diferença entre o grupo total e o de jovens é de 16,4 pontos percentuais.

As políticas neoliberais adotadas nos últimos anos nada mais são do que um desmonte sistemático de direitos a partir de uma série de privatizações e contrarreformas. Visando diminuir os custos estatais com a população, elas precarizam as relações de trabalho e as condições de vida de milhares de trabalhadores, o que reflete diretamente sobre a realidade da juventude pobre, jogada à informalidade. A chamada uberização do trabalho foi intensificada com as demissões durante a pandemia, e os jovens são os mais afetados, pois ocupam os postos mais desvalorizados e de baixa remuneração do mercado.

A crise sanitária causada pela COVID-19 atuou como agente catalisador de contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista e ao seu processo de acumulação. Em períodos de recessão econômica, o lucro é salvaguardado em detrimento da vida; bilhões são destinados para o financiamento de bancos à serviço do mercado financeiro e seus especuladores, mas, segundo a falácia neoliberal, não

existem recursos para assistir a população durante uma pandemia, onde fatalmente milhares de pessoas perderam seus empregos e não têm nenhuma outra alternativa para garantir sua renda.

O Auxílio Emergencial foi uma medida aplicada logo após a pandemia chegar ao Brasil, em abril de 2020, e desde então veio sendo o principal suprimento das necessidades básicas dos jovens e de suas famílias, muitas vezes sustentadas por eles. Entretanto, o fim da vigência do decreto que declarava estado de calamidade pública em nosso país ocasionou no fim do próprio Auxílio em dezembro do mesmo ano, significando uma redução drástica de recursos para políticas de assistência social e ações emergentes de saúde - sendo que a situação do Brasil não apenas se mantém calamitosa, como vem piorando desde novembro.

O não-prolongamento deste decreto desconsidera o agravamento da crise sanitária pelo coronavírus e o fato de que houve um grande aumento no número de contágios e mortos pela COVID-19, inclusive, como impli-

cações da gestão genocida do governo Bolsonaro frente à pandemia. É preciso compreender que os efeitos da crise não devem ser custeados pela população trabalhadora em nome da santa política fiscal dos patrões. Atualmente, existem propostas para a prorrogação do Auxílio Emergencial Federal neste ano que entra, mas a sessão da Câmara que pode aprovar o orçamento para as novas parcelas está prevista apenas para 1º de fevereiro.

Diante do agravamento das medidas antipovo orquestradas pelo governo Bolsonaro e orientadas pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, é preciso defender de forma irredutível a extensão do Auxílio Emergencial até o fim da pandemia, a baixa do número de desempregados brasileiros e a saída do Brasil do mapa da fome. Não é possível acatar tal miséria que voltou a assolar tão vorazmente a maioria da população brasileira sem uma contra-ofensiva popular. Só a luta organizada é capaz de reverter essa situação, em moldes em que ela nunca mais se repita.



Reprodução: Rádio Peão Brasil

PARA DETER O GENOCÍDIO DE BOLSONARO E ALIADOS, FORTALECER O SUS PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE



Reprodução: Exame

Por Rômulo Caires

Muitas análises sobre o desempenho do governo Bolsonaro no cenário da pandemia de COVID-19 ressaltam seu aspecto negligente ou sua incompetência em gerir uma situação de crise. Tais análises cometem um erro comum aos pressupostos liberais: tomam os acontecimentos devastadores do capitalismo como meros “desvios” de um determinado ideal de sociedade harmonizada, e assim não são capazes de captar as determinações que propiciaram tais eventos.

Se após a eleição de Bolsonaro muitas das forças políticas que facilitaram a sua ascensão à presidência começaram a se afastar de suas propostas mais radicais, não foram poucos aqueles que aprovaram e ainda hoje aprovam o núcleo duro de sua política econômica para o país. Tal fato não pode ser esquecido ao analisar a atuação de Bolsonaro no período da pandemia. Os mortos que se empilham em escala geométrica são o resultado não apenas do governo Bolsonaro em si, mas de um longo processo de continuidades e discontinuidades que marcaram o capitalismo brasileiro nas últimas décadas. No espaço dessa nota gostaríamos de avançar sobre dois aspectos diretamente relacionados à gravidade da pandemia em nosso país: o dismantling dos serviços públicos, especialmente os serviços de saúde, e o negacionismo que abrangeu amplos setores da população brasileira.

Ainda que saibamos que, numa sociedade capitalista, as instituições operam nos marcos de uma sociabilidade regulada pela autovalorização do valor, dessa forma não podendo se destacar acima das contradições de classe inerentes a essa sociabilidade, as conquistas em matéria de direitos sociais no Brasil não se deram de forma automática e passiva. Em um país de capitalismo subordinado e origem colonial como o nosso, as garantias formais ou o incremento de direitos sociais nunca esteve na ordem do dia. A dita “modernização da sociedade brasileira” se deu pagando alto tributo, e assim, o aumento da produção da riqueza se seguiu à intensificação da exploração e degradação da força de trabalho. Os momentos de maior mobilização da classe trabalhadora e setores oprimidos foram capazes de impor algum freio nessa dialética perversa, e dentre os ganhos notáveis podemos colocar a constituição da seguridade social e do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS foi elaborado no contexto das lutas pela reforma sanitária no fim dos anos 70 e decorrer da década de 80, intimamente ligadas a todo o processo de contestação da ditadura militar brasileira. Apesar da força dos movimentos em torno da reforma sanitária, o SUS nasceu e se estabeleceu abarcando amplas contradições, sendo constantemente atacado e fragilizado. Ele se formou em pleno avanço do neoliberalismo no

mundo, e apesar das intenções mais progressistas, sempre esteve ameaçado. O subfinanciamento foi a tônica constante, e tentativas de conciliar o sistema com as demandas dos planos de saúde e das grandes empresas de tecnologia médica mostraram constantemente a impossibilidade de realização de um autêntico sistema universal sob o domínio do capital. Além disso, a precarização das relações trabalhistas a partir da terceirização de amplos setores da saúde e a adoção de mecanismos de gestão públicos-privados contribuíram para uma grande desmobilização dos setores mais combativos. Nesse sentido, o desinteresse em universalizar o SUS e fortalecer sua dinâmica em direção oposta à da mercantilização da saúde não se deu apenas na atual conjuntura, ainda que seja evidente a tentativa de radicalizar o seu desmonte. Apesar da importância do repúdio gerado após a tentativa de o governo Bolsonaro terceirizar a Atenção Primária a Saúde (APS), não podemos nos esquecer que o modelo de gestão público-privada já estava inscrito nos governos anteriores. As Organizações Sociais (OSs) e fundações estatais de direito privado possuem históricos bastante fartos em incapacidade de oferecer bons serviços, múltiplos exemplos de corrupção e ainda a precarização extensiva das relações trabalhistas. Tais empreitadas, em conjunto com as demais “políticas de austeridade”, vêm criando há muitos anos amplo consenso na mídia hegemônica, que ao cabo de estarem lutando contra a “ineficácia dos serviços públicos” ou contra os “gastos excessivos do Estado”, estão na verdade contribuindo com o fim desses serviços e sua substituição pela pura lógica do lucro. Tal lógica é a mesma que impulsionou o governo Bolsonaro e seus diversos aliados pelo Brasil a boicotarem a maioria das medidas de combate ao COVID-19. Mesmo políticos que agora parecem representar a vanguarda contra o irracionalismo de Bolsonaro não abriram mão de priorizar a expansão do capital em prol da proteção das vidas. Os números de mortes por coronavírus no Brasil refletem em sua mais profunda determinação o fato de que, para as classes dominantes, existe população em demasia no nosso país - aqueles que sequer são reconhecidos como seres humanos com direito à vida. O darwinismo social espontâneo

das elites brasileiras repõe em nosso tempo a estrutura fundamental da constituição do capitalismo brasileiro, nascido da escravidão e desenvolvido a partir da subordinação dos setores mais oprimidos de nossa sociedade. O negacionismo em relação à gravidade da pandemia, a desvalorização da ciência a partir da proposta de tratamentos precoces não validados ou o boicote à busca por vacinas contra a COVID não são simples acidentes de percurso ou marca trágica da experiência brasileira. Tais fatos interagem com o momento de decomposição do capitalismo mundial e a necessidade cada vez maior de sustentar a barbárie como via de manutenção da ordem. O processo de fascitização da sociedade brasileira aponta para uma tendência geral do atual estágio de mundialização do capitalismo, em que mesmo os países desenvolvidos lidam com a imensa dificuldade de propor saídas críveis para a crise do sistema. Diante de tal cenário, faz-se necessário reconstruir de forma cada vez mais ampla e radical as origens da atual situação brasileira. As tentativas mais recentes de domesticar o capitalismo devem pôr a nu a impossibilidade de racionalizar o que é irracional em sua essência. Este diagnóstico mais geral não pode, por outro lado, nos impedir de visualizar as mediações que apontem os caminhos para além da grave situação que vivenciamos. A luta pela expansão de um SUS 100% público, estatal, de qualidade e socialmente referenciado é uma importante arma para combater a pandemia de coronavírus e proteger a classe trabalhadora contra a lógica de extermínio inerente ao capitalismo brasileiro. A tragédia brasileira só não foi maior porque ainda temos uma estrutura nacional de saúde pública que pode garantir, entre outras coisas, o acesso aos postos de saúde, emergências e hospitais, ou ainda a operação das campanhas de vacinação necessárias ao enfrentamento da doença. As forças populares devem pressionar pela saída imediata de Bolsonaro, Mourão e aliados como um dos pressupostos indispensáveis à reorganização da classe trabalhadora no Brasil, assim como à garantia dos recursos para promover a vacinação de nosso povo.

Fora Bolsonaro e Mourão! Vacina para todos já! Pelo Poder Popular, ao rumo ao Socialismo!

ENTREVISTA DO MOMENTO: VIRGÍNIA FONTES



Reprodução: Combate Racismo Ambiental

Por Milton Pinheiro

Entrevista com a professora e pesquisadora Virgínia Fontes.

O MOMENTO - A conjuntura brasileira está sendo agravada pela condensação das diversas crises, como você examina esse processo?

VIRGÍNIA FONTES - Como na maioria dos países, a pandemia do coronavírus deslançou uma crise econômica que estava latente e já era prevista por muitos dos analistas econômicos dos grandes jornais proprietários burgueses, como Financial Times, The Economist, etc. O disparador sanitário da covid19 entretanto revelou a face terrível das políticas anteriores de expansão da lucratividade do capital em detrimento dos bens coletivos – como a saúde, educação, transporte, água e saneamento - por exemplo. Essa destruição das conquistas efetivamente democráticas, aquelas que asseguram políticas universais, igualitárias e equitativas, ou expropriações secundárias, teve intensidade e ritmo desiguais nos diferentes países, mas avançou em praticamente todo o planeta.

No caso brasileiro, desde a Constituição

de 1988, há um constante processo de destruição das conquistas democráticas, com maior ou menor ímpeto e com efeitos variados, como a contrarreforma do Estado de FHC, o deslocamento do PT para uma posição de 'esquerda para o capital' conforme a brilhante análise de Eurelino Coelho, o que garantiu algumas conquistas populares, mas desmontou por dentro a capacidade organizativa e de luta da classe trabalhadora. As características peculiares do golpe-impeachment de Dilma em 2016, consorciando forças díspares, tinham como elemento aglutinador central a intensificação do ataque a quaisquer conquistas de políticas democratizantes, e abriu a porta para que forças de teor protofascista assumissem a direção política. Estamos desde 2016 num cenário dantesco.

Até mesmo enumerar os elementos contidos nesse entremeado de crises é complexo: 1) crise internacional - há uma recomposição de forças protofascistas no cenário internacional, longamente acobertadas pelo avanço de direitas a cada vez mais agressivas e pelo recuo (em alguns casos, até desaparecimento) de forças anticapitalistas organizadas. Não houve recuo de lutas populares, mas da capacidade de orga-

nização coletiva popular, em escalas nacionais e internacionais. Não posso me alongar sobre o tema, mas se o fascismo é uma opção política, não se limita a isso. Brota de contradições efetivas que abrem possibilidades para que tal opção reapareça. Uma dessas contradições é o crescimento constante de massas de trabalhadores no mundo – e no Brasil – desprovidos de direitos, tanto os ligados ao contrato de trabalho quanto os direitos sociais universais, em contraste com uma concentração de capitais de tal monta que exacerba mais ainda a crise social, no afã da extração de mais-valor imediata, crescente e sem contrapartidas. Da intensificação das expropriações primárias e secundárias resultou uma reconfiguração das classes trabalhadoras, cuja experiência de vida não parece adequar-se às fórmulas clássicas dos partidos de esquerda.

No Brasil estamos vivendo uma experiência protofascista de rara violência e agressividade, que conta com apoio de grupos díspares internacionais e até recentemente alinhava-se de maneira direta e subalterna a Donald Trump. A derrota eleitoral de Trump não elimina a existência dessa recomposição protofascista no cenário internacional, e não sabemos ainda que percursos adotarão.

2) crise econômica - A devastação de direitos em curso, assim como da própria natureza, não resultou em crescimento capaz de recompor uma estrutura econômica adequada para os enormes volumes de capital impondo valorização (superacumulação). Isso não significa, entretanto, um 'reco' do capitalismo, mas uma guerra ainda mais acirrada entre os diversos grupos de capital mega-concentrado. As tensões entre eles tendem a ser mais discretas, mas já se evidenciam tensões entre grandes grupos capitalistas mas cujo escopo de atuação é de menor alcance. A lentidão e o descaso no enfrentamento da pandemia tanto na Europa quanto nas Américas contrasta espantosamente com os cuidados tomados na Ásia, especialmente na China, e vem prolongando uma situação que se torna a cada dia mais dramática: recursos bilionários são despejados para impedir a quebra de empresas, enquanto outras empresas tiveram enorme expansão de lucros; para os trabalhadores, ajudas fornecidas às populações garantiram a sobrevivência de muitos até aqui,

mas não abrem nenhuma perspectiva futura. O Brasil compartilha do mesmo cenário, mas a ele se adicionam outras dificuldades. O tortuoso caminho golpista assumido por lideranças parlamentares, pelo judiciário, pelas classes dominantes brasileiros e, last but not least, por interferências estrangeiras (notadamente estadunidenses) fechou as possibilidades de retorno ao status anterior. Isso leva a uma agressividade cada vez maior na fuga para a frente através de contrarreformas que nada mais são do que o avanço de expropriações primárias e secundárias e de pilhagem do fundo público. As declarações de que 'tudo vai melhor' se limitam a isso... declarações vazias de conteúdo. Crescem o desemprego e a precarização das relações de trabalho, aumentam as tensões sem que haja qualquer horizonte de efetiva melhoria de vida para a maioria da população.

3) crise política –

a) partidos institucionais - a devastação do cenário político não começou com o golpe de 2016, que foi quase um tiro de misericórdia nos partidos institucionalizados. Nasceram partidos, que se pretendem novos, mas carregam as marcas das fraturas anteriores e são como frankensteins muitas vezes recosturados. Diversos partidos 'novos' pretendendo representar o capital, cada qual exibindo feito pavões suas caudas, mas sem correlação substantiva com segmentos específicos das classes dominantes, que segue leiloando seu apoio a várias dessas formações. Disputam avidamente os setores médios da população, mas estes passam por intensa transformação, desde a segmentação e precarização até oscilações características de sua condição social, balançando entre o fascismo e a desconfiança frente a ele. Assim, tampouco os setores médios se filiam de maneira clara a um ou outro partido. Com isso, as velhas máquinas partidárias herdadas da ditadura – DEM (descendente direto do partido ditatorial ARENA) e MDB (que foi a oposição consentida), do qual derivou um partido voltado para banqueiros – o PSDB - conservam a vantagem de sua capilaridade e controle de máquinas eleitorais. A direita protofascista não conseguiu até agora formalizar um partido próprio e se distribui entre diversos partidos de aluguel. O intenso transformismo do PT não parece ter sido sequer avaliado por seus integrantes mesmo



após o golpe de 2016 e, de uma esquerda para o capital, ele parece direcionar-se para um 'centro para o capital', o que esperamos não aconteça. À esquerda, pequeníssimas mas aguerridas organizações, sob intenso combate, lutam ao mesmo tempo por manter uma perspectiva anticapitalista, por assegurar uma pauta institucional de direitos sociais e por ser um ponto de conexão entre as variadas lutas sociais que expressam reivindicações de ordens diversas – saúde, educação, transporte, cidade, habitação, terra, ambiente, mulheres, antirracismo, gênero, etc.

Muitos falam de 'polarização', mas a expressão não dá conta do desenho real. Pensemos o que significam essas expressões e podemos agregar nas direitas todos os que defendem o status quo – o capitalismo liberal sob desenhos variados, formas conservadoras de diferentes matizes, desde a autocracia de lastro ditatorial até as formas mais ou menos tingidas de religião e a extrema direita protofascista. As esquerdas – ao menos na história recente internacional – tenderam a agregar os partidos revolucionários e partidos fortemente 'reformistas', ou seja que tinham como perspectiva suavizar as condições do capitalismo através de concessões aos setores populares, sem entretanto combater diretamente o capitalismo. No centro, perfilavam-se aqueles que oscilavam entre as duas direções. Essa distinção é meramente metodológica, uma vez que as posições políticas são elásticas.

O desenho de tal 'polarização' no Brasil, à luz dos critérios acima, resulta num verdadeiro monstro, em que as direitas são desfigurada maioria, com um enorme amontoado de partidos (na defesa clara do capital, sob variados aspectos, e das formas conservadoras e tradicionais da política altamente segregadora brasileira), que agregam desde os grupos bolsonaristas, passando por partidos que se autodenominam 'centro', como o PSDB, tendo o Centrão como a expressão mais evidente dessa direita brasileira clássica e truculenta. A direita cresceu enormemente, engrossada e politicamente pilotada agora por uma extra-direita de cunho fascistizante.

O centro político de fato é ocupado por partidos cujas denominações e mesmo seu histórico sugeririam estar à esquerda, como PSB,

PDT, Rede, PCdoB e o próprio PT, mas cujas práticas e atividades são características do equilíbrio precário que propõem. Não mais pretendem arrancar 'reformas' ou 'domesticar o capital', mas acomodar a expansão do capital à alguma atenção aos 'pobres' e a assegurar a institucionalidade burguesa, apesar das limitações históricas brasileiras.

É sempre bom lembrar aos mais jovens que estamos atravessando um período peculiar, pois historicamente os partidos ligados às classes dominantes brasileiras procuravam se apresentar como de 'centro' ou até mesmo 'centro-esquerda', e as mídias proprietárias sempre endossaram essa apresentação truncada, que lhes era conveniente, tendo inclusive aceitado denominar 'centrão' ao agrupamento partidário que leiloa cargos, votos e prebendas. Mas é um leilão truncado, pois se vende sempre para suas próprias posições, isto é, à direita.

A figura se completa com uma pequeníssima esquerda, composta por partidos jovens e pequenos, como o PSOL e diversas siglas mais antigas com escassa representação parlamentar, como o PCB, o PSTU ou o PCO. Em condições extremamente adversas, precisam lutar para não desagregar-se em grupos sectários, e para não descolar-se das lutas populares.

b) lutas políticas organizadas, mas não institucionais - As análises políticas padecem de um lamentável institucionalismo (de base teórica liberal), o que as leva a observar sobretudo o movimento dos partidos oficiais e das eleições, desprezando as formas organizativas substantivas que vêm se alterando e reconfigurando aceleradamente as lutas de classes. No máximo, incorporam em suas reflexões alguns movimentos sociais populares, que chegaram a alcançar organização em escala nacional. De fato, se expandiram lutas populares em inúmeras direções, especialmente o antirracismo, o feminismo, o antifascismo, as lutas de gênero. Poucos se dedicam a analisar os movimentos políticos do empresariado frente aos subalternos.

A luta pela terra (MST e outros movimentos, inclusive indígenas e quilombolas), foi totalmente criminalizada pelas direitas e é alvo de política genocida pelo governo Bolsonaro (vale lembrar que essa criminalização é silenciada ou endossada pelas demais entidades burguesas). As demais reivindicações populares e

suas formas organizativas vêm sendo alvo de intensa atuação empresarial no sentido de desarmá-las na luta de classes e instrumentalizá-las para seus próprios propósitos. É impressionante como o palco de lutas de classes intensas e fundamentais é pouco observado desde o ponto de vista da atuação empresarial.

Sob a pandemia, manteve-se o hiperativismo empresarial que caracterizou os últimos 30 anos no Brasil, tendo o foco sido direcionado para a minoração de danos das condições terríveis da pandemia de covid 19. Como? Garantindo a melhoria do SUS e do serviço público de saúde? Claro que não – através de campanhas de doações para ‘solidariedade’ empresarial, para confecção de máscaras (trabalho de costureiras, na maioria mulheres, sub-remuneradas), de estímulo à precarização das relações de trabalho através de trabalho remoto, e de dotação bilionária para um “Todos pela Saúde”, que pretende replicar o trágico “Todos pela Educação”, agora gerido pela Fundação Itaú.

São entretanto muitas as lutas populares e a atenção burguesa se dirige especificamente para as lutas antirracistas, estudantis, feministas, propondo financiamentos para alguns grupos e ofertas de remuneração para intelectuais emergentes.

Observe-se a movimentação das classes dominantes brasileiras: agem diretamente e em conjunto com o governo Bolsonaro para transformar suas próprias atividades em ‘essenciais’, submetendo seus trabalhadores à contaminação em ambientes desprotegidos de trabalho e em transporte cheio, demorado e de má qualidade; na contraparte, fazem propaganda mercantil de sua... solidariedade S/A; alguns se queixavam dos ‘modos’ de Bolsonaro, mas o empurram para aprofundar as ‘reformas’, ou seja, intensificar o saque do fundo público e as expropriações e, finalmente, fazem permanentes diatribes contra o excesso de gastos públicos com políticas universais, mas embolsaram bilhões de maneira praticamente direta ou através do Banco Central e do BNDES durante a pandemia

c) crise institucional – a atuação do governo Bolsonaro vem sendo sobretudo a de destruição de boa parte da institucionalidade anterior, decorrente da Constituição de 1988. O governo Bol-

sonaro atua em todos os flancos – pela tentativa de grandes contrarreformas, pelo esvaziamento dos setores governamentais cuja atuação constitucional é necessariamente discordante de sua política, pelo uso de medidas provisórias. Ademais, boa parte dessa devastação vem sendo realizada de forma infralegal, normativa e administrativa, além da alteração direta e da corrosão implementadas por dirigentes nomeados para destruir a institucionalidade prévia, como na Cultura, na Educação, Ambiente, Racismo, Saúde, etc. Um funcionalismo temeroso da perda de direitos, prática a que vem sendo submetido há longos anos, parece ter muita dificuldade de enfrentar abertamente estes procedimentos, ainda que sejam – quase todos eles – ilegais. Enfrentar o profascismo exigiria enfrentar também o enorme desnível entre setores do funcionalismo e apostar resolutamente em assegurar efetivas políticas universais contra o governo central, trazendo os subalternos e setores populares para as decisões cruciais. Ao contrário, parece haver uma obediência burocratizada e tímida, que acredita possa preservar direitos corporativos ao manter-se “neutra” e distante dos demais trabalhadores. Há felizmente muitos grupos combativos e sérios interior dos serviços públicos, mas a maior parcela do funcionalismo ainda se mantém obediente aos desatinos governamentais e sob a influência dos aparelhos privados de hegemonia empresariais (a começar pelas mídias).

d) crise social – o aprofundamento intencional das desigualdades sociais, o aumento da precarização das relações de trabalho, o desemprego, as precárias condições de vida nas grandes cidades brasileiras sinalizam para um aumento das tensões, até aqui razoavelmente contidas pelo Auxílio Emergencial. Não se pode prever, entretanto, a direção que assumirão tais descontentamentos. A forte expansão de igrejas ligadas à teologia da prosperidade com o resolutivo apoio dos governos anteriores e, agora, explícito, de Bolsonaro, tem mostrado firme intuito de apoiar formas profascistas. O desmanche das políticas sociais favorece o conjunto das igrejas, que se convertem em centro distribuidor de recursos, inclusive públicos. A violência histórica e crônica que se abate cotidianamente sobre as populações de favelas e bairros periféricos, ma-

tando seus jovens e atemorizando a população, gera relação ambivalente com milícias e formas de vingança, favorecendo a oferta de cunho mercantil por “segurança” e acertos de conta diretos. O descontentamento com um partido de matriz popular, o PT, cuja atuação o distanciou daquelas que foram suas bases, é incentivado pelo empresariado e pela família através de um anticomunismo primário e brutal. Assim, apesar de ser claro que tensões tendem a crescer, não se poder prever sua direção. Até aqui, as maiores lutas populares foram a favor da educação pública, contra o racismo e contra o fascismo. Mas não é claro se deixam saldo organizativo popular substantivo. Estamos diante da urgência da continuação da verdadeira solidariedade de classe, da formação política ampla e consistente, da educação de grandes massas da população na prática, e não apenas na teoria, para que, elas próprias, possam organizar-se para assegurar direitos e para superar a piora das condições sociais e o aumento de repressão que se avizinha.

e) crise cultural – a existência de meios massivos de difusão instantânea alterou profundamente os modos clássicos de transmissão de informação e de conhecimento e das próprias formas de convencimento social. Assim como os seus predecessores – jornais, rádios e televisões – são monopólio de pequenos grupos de proprietários altamente capitalizados e geram enorme massa de lucros. Mas exigem análises muito mais densas do que as que fizemos até aqui, uma vez que também a população mundial é muito mais escolarizada do que anteriormente. Socialização do conhecimento e da ciência são reivindicações antigas e profundas dos setores populares e são na atualidade um terreno onde se acirram as lutas de classes. Na ausência de formas organizativas populares substantivas capazes de se contrapor à promoção de pós-modernismos, pós-verdades, negacionismos, opiniões circulam como se fossem informações, teorias conspirativas e outros que-tais são amplamente divulgadas. Vivemos em situação de perplexidade e sem conseguir distinguir as verdadeiras e fundamentais clivagens que atravessam as ciências e o conhecimento. Clivagens que também atravessam o conjunto da vida social. Essa crise atinge dimensões gigantescas e

internacionais pelas tensões inter-burguesas no cenário internacional e pelo aumento dos descontentamentos populares em diversas partes do mundo.

Aqui é importante destacar que perdura a disseminação constante de material de extrema-direita para nutrir redes de whatsapp mais ou menos familiares, além de outras redes sociais. A derrota de Trump pode levar a uma exasperação e intensificação das falsificações da ira popular, aproximando cada vez mais a extrema direita dos discursos fascistas clássicos, os quais elegeram os ‘banqueiros judeus’ como bodes expiatórios. Olavo de Carvalho, em programa recente, começou a ‘denunciar’ as ‘oligarquias’ brasileiras. Isso demonstra que o contexto da pandemia – apesar do negacionismo que essas mesmas direitas pregaram – dificultou sua capacidade de mobilização, e que tentam agora enveredar por caminhos ainda mais dramáticos. A tentativa de golpe nos EUA levada a efeito por seguidores de Trump ilustra um dos aspectos dessa exasperação e demonstram a permanência de forças fascistas.

O que se observa é a difusão de enorme confusão no cenário ídeo-político, em que as linhas de demarcação entre as posições políticas e ideológicas se esfumam e tornam-se borradas. O teor de falsificação protofascista não encontra limites, e atua sobre terreno já anteriormente devastado, o que pode conduzir tanto ao aumento da adesão popular ao protofascismo bolsonarista quanto a intensas lutas de enfrentamento popular, mesmo que se encontrem momentaneamente dispersas.



Reprodução: Metropoles

O MOMENTO - Mesmo com a diminuição do bolsonarismo no espaço institucional, o processo eleitoral de 2020 foi vencido pela direita tradicional no Brasil. Quais lições podemos tirar dessa jornada eleitoral?

VIRGÍNIA FONTES - Não tenho tanta tranquilidade de que haja uma redução do bolsonarismo no espaço institucional, uma vez que a destruição da institucionalidade burguesa derivada da Constituição segue de forma acelerada e que não há um movimento forte popular, nem do conjunto do funcionalismo – afinal, são trabalhadores – para impedir esse processo. O que se pode observar é o aumento de disputas intra-institucionais por posições de força de um ou outro grupo (Legislativo, Judiciário, Executivo), mas todos eles posicionados em defesa do capital e do capitalismo, sem maiores compromissos com os direitos assegurados em 1988, apesar das nuances entre eles. Isso é visível nos enfrentamentos no Supremo Tribunal Federal, por exemplo. Mas é ainda mais explícito na atuação da grande mídia proprietária que simultaneamente critica os ‘maus modos’ de Jair Bolsonaro, mas mantém a defesa de sua política econômica e, ainda exige mais ‘reformas’ ou seja, maior arrocho sobre os trabalhadores. Demonstrem a existência de tensões entre classes dominantes e a tentativa de impor limites aos “excessos mobilizatórios” bolsonaristas. Mas não assinalam posições firmes antifascistas e nem mesmo democráticas.

Como tentei mostrar na resposta anterior, há quase um monopólio das direitas (fascistas ou não) no cenário parlamentar brasileiro, em seus variados níveis. E não começou recentemente, mas essa seria outra discussão. Além disso, precisamos definir muito bem o que estamos chamando por ‘direita tradicional’. É verdade que, historicamente, as classes dominantes brasileiras evitaram processos fascizantes, pela excessiva mobilização que promovem. Assim, apesar de terem promovido manifestações antes do golpe empresarial-militar de 1964, este primou pelo esvaziamento das formas mobilizadoras e pelo estrangulamento das organizações populares, qualquer que fosse o seu formato. Esse seria portanto o formato político

mais adequado às direitas tradicionais, autocráticas.

Jair Bolsonaro, criado nos porões da ditadura, associou-se a grupos com perfil mais próximo aos de teor fascista, tanto no Brasil quanto no exterior. Sua atuação é fundamentalmente mobilizadora, não importa se à custa de sucessivas mentiras. É extremamente agressivo, e pode disparar para qualquer lado. Conserva a proximidade com os setores militares, aparentemente submissos à condução protofascista e a ela obedientes. Bolsonaro foi derrotado em várias de suas iniciativas – não conseguiu formar seu partido; a maioria dos parlamentares que ele indicou não foi eleita; seus candidatos vitoriosos sofreram uma significativa redução do número de votos.

Há entretanto, um movimento de aproximação entre essa direita tradicional (autocrática) e Jair Bolsonaro (protofascista), e não sabemos que resultados poderá gerar ou para que lado da balança – autocracia ou fascismo – essa aproximação pesará mais. A condição protofascista de Bolsonaro era clara desde a sua campanha para as eleições presidenciais, e contou com o apoio empresarial e parlamentar.

Há ajustes, em muitos casos similares a guerras de gangues, como no Rio de Janeiro e as disputas entre grupos políticos e judiciários, com diferentes perfis mas quase todos com aproximações miliciano-políticas. Há também tensões no Judiciário, tradicionalmente ferrenho aliado das classes dominantes, com integrantes que se contrapõem a setores próximos a bolsonaristas. Bolsonaro, aliás, continua avançando nas posições de mando em todas as áreas da segurança pública que, como sabemos, mantém ramificações com setores paramilitares, seguranças privadas, jagunços e milicianos.

O desmascaramento da LavaJato realizado pelo VazaJato e que prossegue seu curso, mostra as características do Judiciário brasileiro: favorecimentos tradicionais aos setores dominantes com os quais mantém estreitos laços, oportunismos variados, facilidade de cooptação internacional (por países e por empresas), elevadíssimos salários isolando-os dos demais trabalhadores, etc. Não obstante, há democratas sinceros no Judiciário, como em todas as instâncias do funcionalismo público, mas se en-

contram sob intenso ataque.

O MOMENTO - A esquerda social-democrata representada pelo PT e o pragmatismo nacional-libertador apresentado pelo PC do B, diminuiu sua representação nas prefeituras por todo o Brasil. Contudo, tivemos uma ampliação importante nas Câmaras Municipais diante da presença do PSOL. Como analisar essa dinâmica política?

VIRGÍNIA FONTES - Eu considero que a prática do PT não autoriza chamar sua atuação de 'esquerda social-democrata', aproximando-se mais na atualidade a um 'centro-esquerda eleitoral de perfil democrático'. Digo isso com tristeza, e espero estar errada, mas parece tender a uma 'esquerda do centro', após seu papel de esquerda para o capital. Aparentemente, quanto mais um antipetismo histórico procura atingi-lo, mais o PT se encolhe, supondo que isso o permitiria afastar-se de qualquer suspeita de 'marxismo cultural' ou 'comunismo'. Manter-se na retranca e na auto-defesa reduz enormemente a preparação para o enfrentamento ao capital – e ao protofascismo, que é um de seus desdobramentos políticos – de grandes massas populares. Não se trata de uma educação meramente formal, ou de 'cursos' de formação, mas da formação na vida prática, cotidiana. O PT não se caracterizou por um papel educador sólido, no sentido da formação política e da organização de grandes massas, pois nas últimas duas décadas desprezou processos de formação política e atuou em prol do apassivamento das organizações populares. Mas, em sua atuação governamental, procurou ao menos assegurar melhorias para os setores populares, como melhores salários, bolsa família, cotas raciais, políticas para mulheres, etc. Eram melhorias reais, embora subalternizadas à política que pretendeu ser neodesenvolvimentista. Enquanto isso, as práticas empresariais agiam seja para bloquear tais políticas (especialmente no caso das cotas étnicas), seja para capturá-las economicamente, como no caso das bolsas do FIES, ou politicamente, como o hiperativismo empresarial em aparelhos privados de hegemonia. A atuação burguesa procura impedir que tais reivindicações se convertam em efetivas bandeiras

nacionais de luta popular.

Enquanto o protofascismo vocifera 'contra tudo o que está aí', falsificando a ira popular, aparentemente parcela dos que se apresentam como esquerda parecem tornar-se defensores 'de tudo o que está aí'... Apenas poucos partidos, como o PSOL e o PCB, além de outros pequenos partidos de fato à esquerda, ousaram apresentar-se com postura mais coerente e aderir resolutamente às lutas populares, sem perder o viés de crítica anticapitalista. A tarefa desses valentes companheiros é importante, mas não pode limitar-se à atuação parlamentar.

Aqui, vale um parênteses: a) o PSOL ainda não é um partido, mas uma aglomeração de organizações, o que torna algo errática sua atuação; b) a atuação parlamentar dos eleitos de esquerda, em sua grande maioria, vem submetendo quadros formidáveis a um verdadeiro triturador. É estrutura tão viciada, que manter minimamente uma atuação coerente e não cooptada consome todo o tempo e energia de nossos militantes. São exigidos para resolver problemas imediatos, atuando na linha de frente de uma infinidade de problemas. Atuam na Educação, nos Direitos Humanos, nos transportes, na questão da violência e das prisões... precisam enfrentar questões para as quais seus mandatos estão totalmente despreparados, e ao mesmo tempo defendendo a existência daquele espaço. Com isso, mal sobra tempo para explicar à população o que são tais parlamentos municipais, o que está em jogo ali, pois estão engolfados em milhares de tarefas, todas elas relevantes. Partidos pequenos e pouco orgânicos não favorecem uma atuação coletiva, o que permitiria em parte contornar essa dificuldade através de uma atuação comum, compartilhando



Reprodução: Rede Brasil Atual

do efetivamente tarefas. A importância de uma frente de esquerda anticapitalista não limitada a partidos, mas com sua participação segue fundamental, inclusive para reduzir a dispersão dessas forças que são imprescindíveis para as dimensões das lutas que temos diante de nós.

O MOMENTO - Um dado que chama a atenção no campo da esquerda socialista é que candidaturas da representação identitária com foco na defesa das políticas públicas obtiveram importantes vitórias. Essa representação parlamentar modifica o perfil classista da esquerda?

VIRGÍNIA FONTES- Eu pessoalmente considero que as lutas contra as opressões integram plenamente as lutas de classes. Não me parece que, porque não se percebem como integrantes da classe trabalhadora, a grande maioria de negros e negras, mulheres, LGBTQI não o sejam. Esse argumento me parece muito frágil – será que a massa da classe trabalhadora se percebe como... classe? A secular luta sindical demonstra que não basta a filiação a sindicatos para que se instaure uma consciência de 'integrantes da classe trabalhadora', o que resulta de processos de luta. Ademais, a história sindical mostra também a intensa atuação estatal e empresarial no sentido de esvaziar o teor combativo dos sindicatos, tanto através da repressão (ameaças, chantagens, restrições legais, violência policial ou paramilitar), quanto por diversas modalidades de cooptação e apassivamento. Portanto, a luta contra o capital precisa ser permanente.

Há, ao meu juízo, um avanço significativo na plena incorporação dessas lutas como bandeiras permanentes e centrais das esquerdas. Não há dúvidas de que sempre foram lutas levadas adiante pelas esquerdas, como uma espécie de lutas complementares, a serem direcionadas para a luta econômica. Talvez somente na atualidade elas se impõem – teórica e praticamente – como lutas permanentes, com sentido pleno em suas reivindicações específicas, uma vez que a reprodução de racismos e de sexismos tende a reconfigurar permanentemente formas de dominação social, além de reproduzir opressões. Em outros termos, racismos, sexis-

mos, discriminações diversas são formas de segregação de classes. Cada uma dessas lutas específicas – e incluo aqui outra série de lutas fundamentais, como lutas ambientais e acesso à terra, ou por questões setoriais, como educação, saúde, transporte, cidade, cultura, etc. - precisa se manter na sua especificidade e, simultaneamente enfrentar o capital desde suas próprias reivindicações. Está cada vez mais evidente que somente abrem efetivos horizontes de conquistas se, em cada uma delas, houver o enfrentamento ao capital que tenta subordiná-las, corrompê-las (oferecendo cargos e prestígio a alguns líderes), adestrá-las, controlá-las. Isso se chama... luta de classes, levada a efeito pelas classes dominantes. A unificação dessas lutas me parece menos sua dissolução numa única luta comum, do que sua impulsão permanente e conjunta no enfrentamento ao capital.

Não é fácil, porém. A denominação identitarismo, altamente desqualificadora, mostra a complexidade desse processo. As classes sociais atravessam mulheres e negros, é verdade; mas racismos e sexismos também atravessam as classes trabalhadoras e até mesmo a militância anticapitalista. As lutas são o momento mais pedagógico e educador e é a capacidade de lutar junto que indica a direção correta. Isso exige um esforço permanente de circulação de informações, de capacidade de reflexão (pensar), mas também capacidade de sentir, como lembrava Gramsci.

Angela Davis mostra como as lutas feministas dos EUA, em primórdios do século XX, ao desprezarem as lutas contra o racismo, acabaram se perfilando ao lado das classes dominantes brancas e desfigurando suas próprias bandeiras.

Estas são as áreas da mais intensa luta de classes na atualidade, pois as classes dominantes oscilam entre sua repressão direta (o que é evidente na atitude protofascista bolsonarista) e formas de cooptação variadas, de maneira a contarem com lideranças forjadas por elas contra a massa de mulheres e de negros e negras. A semelhança com o que realizam contra os sindicatos é espantosa.

O MOMENTO - Para além das questões que conformam a crise brasileira, a pandemia



avança sem a devida resposta do governo do agitador fascista, Jair Bolsonaro. Como analisar e enfrentar esse quadro de morte?

VIRGÍNIA FONTES - A situação sanitária é dramática e todas as palavras parecem insuficientes para descrever o descaso e o genocídio praticados pelo governo protofascista de Bolsonaro. Não vou me deter no que todos sabemos e nos horrorizamos. Quero destacar alguns aspectos da conexão entre fascismo e negacionismo da pandemia que me parecem gravíssimos e que vem encontrando menos ecos do que me parece urgente.

Trump e Bolsonaro (este último replicação ainda mais fiel à causa fascista do que o original, com os pés cravados na ditadura e nas práticas milicianas) fizeram, nos últimos meses algumas sutis mudanças de comportamento, que é importante destacar. Em função da pandemia, ambos foram mais ou menos obrigados a assegurar auxílios à população. Ambos fizeram discursos negacionistas e enaltecem um vago e abstrato 'trabalho', que significava expor as massas trabalhadoras ao vírus.

Trump foi derrotado, houve intensas lutas antirracistas por lá, mas assistimos estarecidos a tentativa de golpe sobre o Capitólio, com bandeiras abertamente racistas.

Houve aqui e nos EUA, uma forma especialmente perversa de utilização política da pandemia que envolve ao mesmo tempo um pacto com a morte e o sofrimento da população e uma ênfase oportunista em temas e situações que estão sendo profundamente sentidos pela mesma população. No primeiro deles, cultiva-se a morte em nome da... saúde ou da liberdade, como a ênfase na necessidade de exercitar-se, caminhar, tomar sol, divertir-se, etc., agindo para bloquear e desqualificar a forma mais clássica de controle de epidemias, que é o isolamento físico. A mais repugnante dessas práticas assume o formato religioso. No segundo deles, exalta-se a 'importância da acolhida e da fé', que deveriam ser de fato as práticas de todas as religiões e, por essa razão, deveriam limitar o contato físico, especialmente em ambientes fechados sabidamente propiciadores de alto número de contágios. Mas, ao contrário, o que se viu foram religiosos insistindo na visita aos templos, na negação do contágio, ofe-

recendo um verdadeiro abraço de morte e de disseminação da covid19. Com forte apoio das lideranças protofascistas.

O terceiro é talvez ainda mais perverso e dramático, e está em curso. Trata-se de uma tática fascista de aparentar estar ao lado dos trabalhadores, quando o que de fato se faz é assegurar ao patronato as formas mais brutais de exploração, eximindo-os da responsabilidade por colocarem em risco a saúde de seus funcionários. Exaltam o trabalho enquanto massacraram os trabalhadores. Não à toa, replicam a tragédia dos campos de concentração nazistas, que ostentavam à entrada a frase "Arbeit mach Frei" - o trabalho liberta. O trabalho era apresentado de maneira vaga, abstrata, enquanto se assassinavam os trabalhadores nas câmaras de gás.

A política implementada de auxílios públicos de emergência – aqui e nos EUA – deu vazão a uma intensificação dessa prática, quando converteram o que fora uma imposição (frente à qual, aliás, tanto Trump quanto Bolsonaro resistiram) numa espécie de 'doação personalizada' para os trabalhadores. Todos sabemos que estes receberam apenas migalhas, enquanto doações bilionárias fluíram para o grande capital sob respeitoso silêncio da mídia proprietária que ainda pedia mais recursos para os empresários.

Há indícios entretanto de que, frente não apenas à continuidade da pandemia, mas da tragédia social, sanitária e econômica que se intensifica entre as massas populares, protofascistas recorram ao arsenal da infame prática nazista, se arvorando em defensores de trabalhadores ou até mesmo do 'proletariado'. Esse tipo de prática já está em curso desde novembro por Olavo de Carvalho e alguns de seus seguidores, inclusive apresentando Trump como o único defensor do proletariado, em emissão televisiva no youtube de canal devotado à defesa de Bolsonaro.

Coliga-se diretamente à política genocida protofascista – estrangula os trabalhadores, mas menciona a defesa vaga do 'trabalho' e usa de variados recursos para mobilizar os próprios populares contra políticas de defesa da vida e da saúde. Esse recurso foi utilizado por pastores neopentecostais associados a milicianos no Rio de Janeiro, e agora vem novamente sendo

utilizado especialmente em cidades do nordeste brasileiro.

O MOMENTO - O cenário conjuntural da crise brasileira pode sinalizar para o acirramento da luta de classes em 2021. Qual sua leitura sobre essa possibilidade?

VIRGÍNIA FONTES - Estamos diante de uma nova configuração das classes trabalhadoras, com parcela significativa desprovida de direitos e de contratos de trabalho. Suas formas de manifestação são múltiplas e pouco conectadas com as organizações tradicionais de trabalhadores (partidos e sindicatos). São massas de trabalhadores expostos a todas as formas de exploração e opressão. Do ponto de vista da exploração, os capitalistas que sugam sua força de trabalho estão distantes e sem contato direto com eles, parecendo inexistentes ou invisíveis. Vivem como se não 'tivessem patrões', mas pressionados pela necessidade imediata da sobrevivência. Ao mesmo tempo o capital distante atua de forma abrupta e poderosa, podendo cortar sua fonte de subsistência com apenas um clique de computador. As opressões que experimentam são múltiplas (racismo, sexismo, gênero, discriminações de sotaques e de bairro, etc), e provenientes das mais diversas direções, de seus contratadores, de colegas de trabalho com os quais o contato é apenas eventual, de concorrentes de outras empresas, de clientes, da população com a qual estão em contato. Frente a muitas agressões, estão frequentemente isolados e sem associações sólidas para sua defesa e o enfrentamento da situação. Seguramente há também formas de solidariedade entre eles, mas na maioria dos casos ainda é difusa.

A atuação empresarial desde a Constituição tudo fez para precarizar e desqualificar os serviços públicos voltados para as grandes majorias – especialmente saneamento, saúde, educação e transportes. O compromisso de tais massas com políticas universais públicas tende a ser vacilante e duvidoso, dada a sua precariedade, a intensa campanha publicitária contra saúde e educação públicas e, por último, pela deserção de parcela dos setores médios (inclusive funcionários públicos) das políticas universais, acreditando que estariam a salvo – por

seus salários – pelas escolas privadas e seguros de saúde. Apesar dessa destruição real, o Sistema Único de Saúde, assim como as redes de educação pública são uma condição de possibilidade para o enfrentamento não apenas da pandemia, mas do desgoverno Bolsonaro.

O que fazem os setores médios e o próprio funcionalismo público diante dessa devastação? De maneira mais do que legítima lutam para proteger-se da contaminação e exigir que o trabalho presencial somente seja realizado com condições de isolamento e aeração e, para muitos casos, somente após a generalização de vacinas. Legítima e necessária, essa postura é entretanto insuficiente e se arrisca a reduzir o governo protofascista ao comportamento genocida sob a pandemia. Precisamos levar em conta a destruição que está fazendo diariamente dos serviços públicos que deveriam chegar à população e é possível estabelecer, com todos os protocolos mais rigorosos de segurança sanitária, uma solidariedade ativa com os setores populares atingidos (alunos, pais, pacientes e doentes em segundo plano em função da covid, trabalhadores dos setores essenciais, sindicatos, populações com maiores carências, etc.), mas também reorganizar o próprio serviço público CONTRA Bolsonaro, contando com o apoio e a participação real da população. É fundamental não naturalizar esse desgoverno, e não obedecer a ordens espúrias, que destroçam conquistas da população à qual devemos servir. E talvez seja este o momento de aprender que todos os trabalhadores têm importante função na vida coletiva e podem organizar coletivamente sua atuação.

A atuação de Bolsonaro acelera e intensifica a desqualificação aberta de todo comportamento público pautado pelo sentido de coletividade – limites de velocidade, cadeirinhas para transporte de crianças, controle de posse e porte de armas, devastação da educação e das universidades, desrespeito das regras democráticas, imposição da violência na vida cotidiana (milícias) e como forma educativa (escolas policializadas), ataque à preservação ambiental, proposta de assassinato dos defensores da reforma agrária, dentre inúmeros outras barbáries. Simultaneamente promove mobilizações lastreadas pela violência e pelo sentido do indi-

vidualismo e da urgência, e pode gerar formas



Reprodução: Brasil 247

de ação direta descontroladas. Que seus seguidores populares sejam suas eventuais primeiras vítimas – contraindo a covid19, alvo da violência paramilitar, de torturas psicológicas e/ou físicas – apenas reforça o fio genocida que atravessa o governo Bolsonaro.

O MOMENTO - Na sua avaliação quais são as balizas por onde a esquerda brasileira pode marchar em 2021?

VIRGÍNIA FONTES - Estamos diante dos maiores desafios que já experimentamos, e vivendo uma tragédia sem precedentes. As esquerdas – múltiplas e variadas, de movimentos sociais, associações, sindicatos e partidos, de estudantes e de estudiosos – sabem que precisam enfrentar o capital – e, portanto, as grandes burguesias – sem deixar-se iludir. Onde há lutas, haverá ‘entidades beneficentes’ do grande capital para cooptá-las e cerceá-las, maquiados de ‘filantropia’. Haverá ameaças milicianas ou protofascistas, virtuais ou diretamente violentas. Ou ainda a truculência desgraçadamen-

te tradicional no país, com a qual convivemos secularmente, racista e sexista, sempre anti-popular. Nossas são as lutas por auto-organização da população, para o enfrentamento tanto da tragédia econômica, quanto da sanitária. Nosso papel não é simplesmente o de ‘liderar’, mas o de seguir junto na luta, o de dar o exemplo.

Eleições e cargos parlamentares são fundamentais. Nossos eleitos precisam lembrar entretanto que não estão lá para resolver sozinhos os problemas da população, o que não podem conseguir, em primeiro lugar, pois a estrutura parlamentar é feita para isolá-los da população e, além disso, são minoritários e impotentes para tanto. Mas podem ser poderosos para que a população e os trabalhadores assumam as rédeas da existência social. Não basta serem eleitos – precisam mostrar com todas as letras à população brasileira o que são os parlamentos, pois somente assim poderão estar acima dos conchavos, cooptações e outros que-tais que campeiam nas instituições, mesmo quando funcionavam regularmente. Agora, sob o predomínio protofascista, precisam evidenciar como ele age, denunciar concretamente suas mentiras, ajudar a organizar e apoiar a organização autônoma das forças populares e dos trabalhadores.

Não basta fazer leis. Tampouco basta impedir leis cretinas. Tudo isso é muito importante, mas o essencial é que os trabalhadores saibam quem são e se reconheçam nos seus eleitos, não para perpetuá-los nos cargos, mas para ir muito além deles.

A derrota de Trump contribui para isolar Bolsonaro, mas este continua na presidência. O fascismo não se dilui nos votos – precisa de luta social e popular para derrotá-lo.



Reprodução: Diário da Liberdade

CANAL

Publicado n'A Tribuna, Santos/SP, em 27-11-1960

Nada mais sou que um canal
Seria verde se fosse o caso
Mas estão mortas todas as esperanças
Sou um canal
Sabem vocês o que é ser um canal?
Apenas um canal?
Evidentemente um canal tem as suas nervuras
As suas nebulosidades
As suas algas
Nereidazinhas verdes, às vezes amarelas
Mas por favor
Não pensem que estou pretendendo falar
Em bandeiras
Isso não
Gosto de bandeiras alastradas ao vento
Bandeiras de navio
As ruas são as mesmas.
O asfalto com os mesmos buracos,
Os inferninhos acesos,
O que está acontecendo?
É verdade que está ventando noroeste,
Há garotos nos bares
Há, não sei mais o que há.
Digamos que seja a lua nova
Que seja esta plantinha voacejando na minha
frente.
Lembranças dos meus amigos que morreram
Lembranças de todas as coisas ocorridas
Há coisas no ar...
Digamos que seja a lua nova
Iluminando o canal
Seria verde se fosse o caso
Mas estão mortas todas as esperanças
Sou um canal.

SOBRE A AUTORA: PAGU

Por Camila Oliver

A escritora, poetisa, diretora, tradutora, desenhista, jornalista, **Patrícia Rehder Galvão (Pagu)**, nasceu em São João da Boa Vista em 9 de junho de 1910 e faleceu em 12 de dezembro de 1962. Destacou-se no movimento modernista iniciado em 1922, mesmo não havendo participado da Semana de Arte Moderna, pois tinha apenas doze anos de idade. Todavia, aos dezoito anos, integra-se ao movimento antropofágico, sob a influência de Oswald de Andrade, com quem se casou. O casal tornou-se militante do Partido Comunista Brasileiro, fundando juntos o jornal O Homem do Povo. Militante comunista, defensora de causas feministas, foi presa 23 vezes por motivações políticas, sendo inclusive presa e torturada (1935-1940) pelas forças da ditadura de Getúlio Vargas. O seu apelido, Pagu, foi dado pelo poeta Raul Bopp, ao dedicar a ela, em 1928, o poema Coco de Pagu, imaginando que seu nome fosse "Patrícia Goulart", pretendendo brincar com as primeiras sílabas do nome.



Reprodução: IstoÉ

À MEMÓRIA DE ALBERTO PASSOS GUIMARÃES



Por Camila Oliver

Alberto Passos Guimarães, alagoano, nascido em Maceió, em 16 de abril de 1908 foi um ensaísta brasileiro autodidata. Guimarães precisou deixar a escola aos nove anos para ajudar o seu pai. Todavia, nunca deixou os estudos e tornou-se escritor de grande relevância na cena cultural brasileira. Casou-se com Zulmira Taveiros Guimarães, com quem teve dois filhos: Zulma Taveiros Guimarães e Alberto Passos Guimarães Filho (um dos fundadores da revista de divulgação científica *Ciência Hoje*, da SBPC). Em Maceió, trabalhou como comerciante e jornalista e fez parte da cena intelectual, *Geração de 30*, ao lado de José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Valdemar Cavalcanti, Jorge de Lima, Aloísio Branco, Carlos Paurílio, Manuel Diégues Júnior, Mário Brandão, Rui Palmeira, Raul Lima, Théo Brandão, José Auto, Santa Rosa. Em 1931, fundou a revista *Novidade*, que tinha como proposta a difusão da cultura local sob uma perspectiva crítica, na qual diversos autores relevantes de Alagoas publicaram seus textos,

entre eles Carlos Paurílio, Aloísio Branco, Willy Lewin, Diégues Júnior e Santa Rosa.

Também em 1931, ainda na juventude, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), então com 23 anos, sendo desde o princípio um de seus principais dirigentes e formuladores. Tendo ocupado a direção estadual do PCB em Alagoas na década de 1930 e parte da década de 1940.

Dividia-se em dupla atividade na sua militância, uma cultural e outra política. Uma dessas suas atuações culturais foi a idealização versão alagoana da Feira de Arte Moderna de 1922, a ser realizada no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em 22 de março de 1932, com apresentações de desenhos do artista plástico Santa Rosa, palestras e concertos sobre música moderna.

Em sua atuação política, teve participação na greve promovida dos operários da indústria têxtil do bairro de Fernão Velho em 1932. A greve levou à convocação do I Congresso Operário de Alagoas, coordenado pelo dirigente co-

munista Olympio Santana. A partir da sua atuação no Congresso e com a criação do comitê de socorro aos operários de Fernão Velho que tinham sido demitidos e presos, Guimarães passou a ser perseguido, partindo para o Rio de Janeiro.

Em sua rápida estadia no Rio de Janeiro (1932-1933), Passos Guimarães participou do Boletim Ariel, organizado por comunistas fluminenses, onde publicou quatro críticas literárias. Uma delas, publicada em 1933, foi a do romance Cacau, do escritor baiano Jorge Amado, de quem se tornara amigo.

Apesar da inserção na cena intelectual do Rio de Janeiro, Passos Guimarães regressou à sua terra natal e às atividades militantes em Alagoas. Dentre estas atividades, estava a mobilização para a atividade estadual preparatória do Congresso da Juventude Estudantil Popular e Proletária, em 28 de junho de 1935, na sede da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados do Comércio. Participou também da criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 7 de maio de 1935, integrando a direção estadual.

Com a ilegalidade da ANL, Alberto Passos Guimarães foi processado com base na Lei de Segurança Nacional e, em novembro, caiu na clandestinidade. Com a intensificação da repressão do Estado Novo, buscou autoexílio na Bahia, mas foi preso e retornou a Alagoas. Acaba regressando à Bahia tempos mais tarde, por volta de 1940, onde atuou na política do estado e na organização, bem como da comissão edito-

rial de importantes veículos de comunicação do PCB, o jornal O Momento e a revista Seiva. Em 1945, mudou-se para o Rio de Janeiro, trabalhando inicialmente como representante comercial e depois no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1949. No final dos anos 1960, passou a trabalhar na Rede Ferroviária Federal.

Ainda na década de 1950, participou da comissão que redigiu a Declaração de Março (de 1958) que produziu uma inflexão na política do PCB, ao atribuir maior relevância à questão democrática, e à participação no jogo político democrático.

Ao longo de toda a sua história de militância no PCB, teve importante atuação como intelectual e homem de imprensa do Partido. Trabalhou nos jornais Imprensa Popular, Voz Operária, Novos Rumos, Terra Livre, no semanário sobre cultura Paratodos (dirigido por Jorge Amado e Oscar Niemeyer), nas revistas Problemas (dirigida por Carlos Marighella) e Estudos Sociais (dirigida por Astrojildo Pereira). Além disso, dirigiu o jornal Hoje e a editora Vitória.

Alberto Passos Guimarães faleceu no Rio de Janeiro em 24 de dezembro de 1993. Contudo, deixou um grande acervo intelectual. Dentre as suas obras publicadas estão: Inflação e Monopólio no Brasil - Por Que Sobem os Preços? (1962); Quatro Séculos de Latifúndio (1963, reeditado em 1968); A Crise Agrária (1978); As Classes Perigosas: Banditismo Rural e Urbano (1982).



Reprodução: História de Alagoas

Em 1947, Alberto Passos Guimarães faz palestra em Maceió na sede do PCB, na Rua do Comércio